

# Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes: Consequências e Estratégias de Prevenção com Pais Agressores

Amailson Sandro de Barros<sup>1</sup>

Maria de Fátima Quintal de Freitas<sup>2</sup>

## Resumo

*Trata-se da apresentação de parte de um levantamento bibliográfico que teve como objetivo verificar em periódicos brasileiros de Psicologia e Educação, disponíveis nas plataformas eletrônicas de dados Scielo e PePSI, no período de 2000 a 2014, as produções sobre as práticas grupais com pais envolvidos em situação de violência doméstica contra seus próprios filhos. A partir da análise de conteúdo, emergiram algumas categorias, das quais duas serão aqui apresentadas e discutidas: as consequências da violência doméstica contra crianças e adolescentes e as estratégias de intervenção com grupo de pais agressores. Os resultados indicam prejuízos ao desenvolvimento psicológico, físico, cognitivo e social das vítimas; o trabalho com grupos de pais como estratégia fundamental na redução e prevenção da violência e os resultados deste tipo de intervenção como melhora na compreensão dos adultos sobre suas responsabilidades com o cuidado das crianças e adolescentes.*

**Palavras-chave:** *violência doméstica contra crianças e adolescentes; pais agressores; consequências; prevenção.*

## **Domestic Violence against Children and Adolescents: Consequences and Prevention Strategies with Aggressive Parents**

## Abstract

*This paper presents part of a bibliographical research that aimed at verifying articles written in Brazil which are related to Psychology and Education, available in electronic forms at the Scielo and PePSI databases between the years 2000 and 2014, such works are about group practices with parents involved in violent domestic situations against their own children. After analyzing the contents, some categories emerged, and two of them will be presented here and discussed: the consequences of domestic violence against children and adolescents and the intervention strategies with the group of aggressive parents. The result shows damage to the victim's psychological, physical, cognitive and social development; also that the work done with groups of parents is a fundamental strategy to reduce and prevent violence and that the results seen with this kind of intervention indicate*

---

<sup>1</sup> Professor Assistente da UFMT- Cuiabá/MT, Mestre em Educação/UFPR e doutorando em Educação da UFPR.

<sup>2</sup> Professora Associada do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR, Curitiba-PR. Mestre e Doutora em Psicologia Social (PUC-SP) e Pós-Doutora em Psicologia Comunitária (ISPA, Lisboa e Univ. Porto, Portugal).

*improvement in the adult's comprehension over their responsibility regarding raising their children and adolescents.*

**Keywords:** *domestic violence against children and adolescents; aggressive parents; consequences; prevention.*

## **Introdução**

Cotidianamente crianças e adolescentes se tornam vítimas de algum tipo de violência doméstica. Não raro, os episódios de violência sofrida por elas no ambiente doméstico são protagonizados por pessoas muito próximas de sua rede afetiva e social, como, por exemplo, os pais ou responsáveis.

Presente em nossa sociedade, a violência doméstica contra crianças e adolescentes configura-se como um fenômeno social e histórico, que envolve aspectos psicossociais e um caráter dinâmico de interação familiar, de modelo social e cultural, que se estabelece na relação vítima e agressor.

Com merecido destaque entre os profissionais das áreas de saúde, assistência social e educação, a violência doméstica contra crianças e adolescentes é considerada um problema social e de saúde pública. Sua existência pode ser entendida como criação e instrumento humano, cujo uso também pode ser regido e justificado pela sua utilidade e por seu caráter meio-fim.

Desse modo, um ato de violência doméstica perpetrado pelos pais contra os filhos pode ser compreendido, por alguns adultos, como uma punição merecida por parte da criança e do adolescente, e um direito de uso dos pais que dela se utilizam durante o processo de educação de seus filhos. Neste sentido, a violência pode se instaurar na família como direito dos pais e, inclusive, pode ser justificada pelas vítimas como forma de discipliná-las e educá-las (Santiago & Mattioli, 2009).

Para Arendt (1994) e Vázquez (2007), a ação violenta nas relações sociais e interpessoais é um meio utilizado pelo sujeito com a finalidade de se sobrepor ao outro, de transformá-lo em objeto. Não se pode menosprezar também o fato de que seu desenvolvimento no contexto doméstico está relacionado a fatores sociais mais amplos e objetivos que se vinculam a relações assimétricas de poder e força, bem como à divisão da sociedade em classes, nas quais se manifestam a dominação e subordinação de uns sobre os outros. Entretanto, essas relações, marcadas pelo conflito, não são naturais, mas naturalizadas e justificadas histórica e socialmente (Martín-Baró, 1990; 2003) por meio de discursos que defendem o uso da violência como estratégia educativa e de dominação dos adultos sobre as crianças e adolescentes, prática que se reproduz ao longo de gerações e que revela o processo multigeracional do fenômeno.

Neste sentido, a partir da análise de alguns autores, como Antoni e Koller (2010), Azevedo e Guerra (2011), Martín-Baró (2003) e Santiago e Mattioli (2009), que refletem sobre o fato de que pessoas submetidas a alguma forma de violência tendem a reproduzi-la no futuro, perpetuando o ciclo violento, poderíamos pensar em um processo de subjetivação na relação entre vítima e agressor que cristaliza padrões de tolerância e aceitação da violência.

Informações reportadas por pesquisas que contribuem para a compreensão da dinâmica da violência doméstica, suas consequências, incidências e propostas de intervenção e de atendimento,

tanto para vítimas quanto para cuidadores agressores, revelam que a exposição de crianças e adolescentes a situações de violência física, psicológica, sexual e negligência pode desencadear uma variedade de efeitos negativos para o desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social das vítimas.

Com base nessas constatações, acreditamos que as estratégias de enfrentamento da violência devem não apenas garantir o apoio às vítimas, no sentido de reparar os danos causados pelos agressores, mas também articular-se ao apoio sociofamiliar e ao atendimento dos pais agressores, para que todos da família possam aprimorar suas potencialidades para um cuidado protetor e mais harmonioso. Neste sentido, o fortalecimento de vínculos familiares e de redes de solidariedade, a partir da realização de grupos de apoio aos pais, pode oferecer condições para que os participantes reflitam sobre suas práticas na educação dos filhos.

As informações apresentadas neste artigo apoiam-se na parte inicial de um levantamento bibliográfico realizado a partir de uma pesquisa mais ampla, que busca compreender os aspectos psicossociais e educativos presentes em práticas grupais com pais agressores. Assim, o texto tem como objetivo apresentar parte da análise do material selecionado com foco nos dados que vinculam as consequências da violência doméstica para crianças e adolescentes e apresentam possíveis propostas de intervenção com os pais agressores.

## **Método**

Com o propósito de caracterizar parte da produção científica sobre o objeto de estudo, optou-se pelo levantamento bibliográfico em artigos publicados na base eletrônica de dados SciELO e no portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC). A busca pelos artigos ocorreu a partir da seleção de todas as revistas de Psicologia e de Educação disponibilizadas nessas duas plataformas, no período de 2000 a 2014. Para selecionar os artigos que compõem este trabalho, não foi utilizado nenhum descritor. Procedeu-se à leitura dos sumários das revistas selecionadas e considerou-se o título do artigo que, de alguma forma, estivesse relacionado à questão da violência doméstica contra crianças e adolescentes e ao trabalho com os pais agressores.

No total foram pesquisados 73 periódicos, que totalizaram 1.776 números. Ao todo foram encontrados 243 artigos que abordavam a questão da violência envolvendo crianças e adolescentes. Destes 243 artigos encontrados, 75 foram selecionados e lidos na íntegra por apresentar proximidade com o objetivo proposto neste texto. Para a sistematização dos 75 artigos, elaborou-se um protocolo que contemplasse as seguintes informações: nome dos autores, título do artigo, periódico, ano de publicação, tema de pesquisa, assuntos centrais do artigo, objetivos do estudo, abordagem metodológica e os achados da pesquisa. Os artigos selecionados foram fichados, analisados e comparados.

Os dados coletados foram avaliados a partir da análise de conteúdo (Bardin, 1977) e aqui serão apresentados em duas categorias: consequências da violência doméstica para o desenvolvimento da criança e do adolescente, e estratégias de intervenção com grupo de pais agressores.

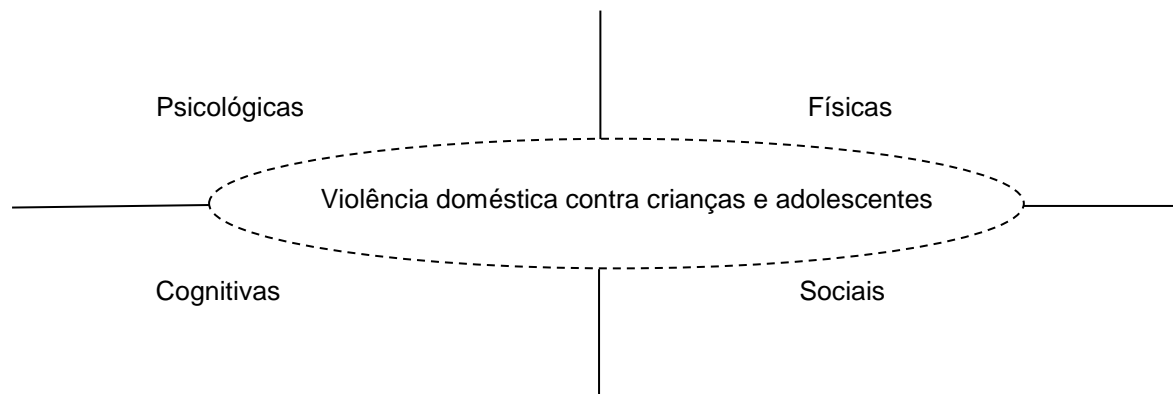
## O que os estudos revelam?

### **Consequências da violência doméstica para o desenvolvimento da criança e do adolescente**

As pesquisas revelaram que a exposição de crianças e adolescentes à violência doméstica pode trazer consequências múltiplas e severas às vítimas. Estudos comprovaram que a violência afeta o desenvolvimento emocional, comportamental, social, sexual e cognitivo das vítimas, interferindo negativamente no seu bem-estar e qualidade de vida, e as sequelas podem persistir ao longo da fase adulta (Curto & Paula, 2009; Garbin, Queiroz, Rovida & Saliba, 2012; Hohendorff, Habigzang & Koller, 2012; Sá, Maia & Barreto, 2012).

Em suma, os comportamentos reportados pelos estudos podem ser sistematizados conforme afigura abaixo:

Figura 01 – Consequências da violência doméstica para o desenvolvimento da criança e do adolescente



Embora não se possa traçar um conjunto único dos sintomas que acometem uma criança e adolescente vítima de qualquer forma de violência doméstica, o impacto de sua exposição direta ou indireta às situações abusivas, bem como a frequência e intensidade dessa exposição, revelam-se como fatores de risco para o surgimento de problemas de saúde mental. Sintomas como depressão, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático<sup>3</sup> (Sá et al, 2009; Ximenes, Oliveira & Assis, 2009), condutas desafiadoras, transtornos de conduta, comportamento transgressor (Pesce, 2009), suicídio, drogadição, tabagismo, alcoolismo, distúrbios psicossomáticos, automutilação, distúrbios alimentares, distúrbios afetivos (Maia & Barreto, 2012), falta de concentração na escola, distúrbios de sono, hipervigilância (Assis, Avanci & Ximenes, 2009), baixa autoestima, falta de confiança e isolamento (Prado & Pereira, 2008) são citados como alguns eventos resultantes da violência doméstica para as vítimas. De acordo com Assis et al. (2009), a violência que ocorre no âmbito familiar eleva até três vezes o risco de adolescentes apresentarem problemas mentais em comparação com aqueles

<sup>3</sup> Ximenes, Oliveira e Assis (2009, p. 428) observaram que “crianças que vivem em situação mais precária demonstram mais chances na apresentação de sintomas pós-traumáticos (3,67 vezes) do que aquelas crianças com bom funcionamento familiar”.

expostos à violência urbana; isso indica a importância da relação familiar no desenvolvimento de boas condições de saúde mental para as crianças e adolescentes.

Vagostello (2002), ao relatar um estudo de caso de uma criança negligenciada pela mãe, destaca que a negligência se constitui na porta de entrada para a manifestação de outras formas de violência contra crianças e adolescentes. De acordo com essa autora, os sinais frequentes de negligência podem ser observados em crianças que apresentam: atraso no desenvolvimento psicomotor, desnutrição, doenças crônicas devido à falta de cuidados adequados, ausência de limites comportamentais e maior envolvimento em acidentes domésticos repetitivos.

Sinais físicos e verificados de imediato no corpo da criança e do adolescente podem indicar que estão sendo vítimas de violência doméstica. Lesões e hematomas localizados em diversas partes do corpo ou em uma região específica (Maia & Barreto, 2012), marcas corporais antigas (Vagostello, 2002), ossos quebrados e hemorragias (Prado & Pereira, 2008), necessariamente devem ser verificados com muita atenção e cuidado por qualquer adulto ou profissional que tenha contato com essa criança ou adolescente. Em longo prazo, a exposição a situações de violência pode acarretar para a vítima: isquemias do coração, câncer, doença pulmonar crônica, síndrome do intestino irritável, fibromialgia (Maia, 2006, In Maia & Barreto, 2012), cegueira, retardo mental, comprometimento neurológico e hepático (Prado & Pereira, 2008).

Estudo de Morales e Schramm (2002) sinalizou alguns efeitos da violência psicológica, tais como: incapacidade de aprender, incapacidade de construir e manter relações interpessoais satisfatórias, comportamento e sentimentos inapropriados às circunstâncias normais, humor infeliz e tendência a desenvolver sintomas psicossomáticos.

Em caso de violência sexual, podem-se observar doenças sexualmente transmissíveis, gravidez precoce, abortos (Borges & Dell’Aglío, 2008), dores abdominais, interrupção da menstruação, rituais de higiene (Vagostello, 2002). Outros estudos identificaram alterações no sono, dificuldades escolares, hiperatividade, comportamentos hipersexualizados, comportamentos regressivos, como os relacionados ao controle dos esfíncteres (enurese e encoprese), pensamentos invasivos, furtos, bulimia, depressão, suicídio, pesadelos (Malgarim & Benetti, 2010), dificuldades de concentração, pensamentos intrusivos (Pelisoli, Pires, Almeida & Dell’Aglío, 2010), transtorno sexual, envolvimento com prostituição (Maia & Barreto, 2012), prazer, nojo, culpa e desamparo (Siqueira, Arpini & Savegnago, 2011).

Adicionalmente, Hohendorff et al (2012), ao abordarem a violência sexual contra meninos, evidenciaram nessas vítimas consequências afetivas, como raiva, medo, vergonha e confusão sobre a própria masculinidade, manifestada principalmente em meninos que foram abusados por pessoa do mesmo sexo. Entretanto, como advertem os autores, há de se tomar muita cautela quando considerada esta última observação, para não se generalizar a experiência abusiva como determinante da orientação sexual da vítima.

Em outro estudo, que discutiu o sofrimento psíquico de um menino de 11 anos, testemunha ocular do abuso sexual da irmã de 10 anos perpetrado pelo pai (Cantelmo, Matta, Costa & Paiva, 2010), identificou-se, por exemplo, que este menino, vítima secundária do abuso sexual, passou a

manifestar sentimentos ambivalentes de amor e ódio pelo pai, bem como mágoa e tristeza pelo rompimento da união familiar que fora abalada pela revelação desse abuso.

No tocante às manifestações de sofrimento psíquico em vítimas de abuso sexual, Azevedo (2001) e Prado e Pereira (2008) citaram que a vítima pode apresentar alterações na percepção de sua imagem corporal, angústia persecutória, masturbação exacerbada, reprodução do ato libidinoso com outras crianças e/ou adolescentes, possibilidade de neurose grave, psicose ou perversão.

Malgarim e Benetti (2011), ao investigarem o impacto traumático do abuso sexual na dinâmica psíquica de duas meninas vítimas desse abuso, observaram nelas: funcionamento empobrecido de se colocar subjetivamente nas relações de forma autêntica, dificuldades no relacionamento interpessoal, ansiedade, características obsessivas e ansiosas e empobrecimento da capacidade cognitiva. Tais comportamentos corroboram o estudo de Habigzang, Hatzenberger, Stroehrer e Koller (2008), que verificou também a presença de crenças distorcidas em relação aos pares, desconfiança, inadequação, refúgio na fantasia e baixo rendimento escolar.

No tocante ao desempenho escolar de crianças vitimizadas, Pereira, Santos e Williams (2009), ao realizarem um estudo comparativo a partir de dois grupos formados por crianças vitimizadas (Grupo A) e crianças não-vitimizadas (Grupo B), encontraram os seguintes resultados: o desempenho escolar do grupo A foi inferior ao dos participantes do grupo B; as crianças do grupo A apresentaram menor competência no nível da escrita, leitura e nos subtestes de Aritmética; as crianças do grupo A foram avaliadas pelas professoras como crianças que apresentavam rendimento escolar inferior aos demais alunos. A comparação entre os grupos indicou significativos prejuízos e dificuldades para o desenvolvimento cognitivo de crianças vítimas de violência doméstica em relação a crianças não-vítimas, fato que merece atenção das famílias e da sociedade como um todo.

O impacto da violência doméstica para o desenvolvimento acadêmico de crianças e adolescentes também foi observado por Preto e Moreira (2012). Nesse estudo, o foco do entendimento recaiu sobre a violência doméstica contra mulheres e suas reverberações na aprendizagem escolar de seus filhos. Participaram da pesquisa 100 crianças e adolescentes, dos quais 50 eram filhos de vítimas de violência doméstica contra mulheres e 50 filhos de mulheres não vítimas de violência doméstica. Os resultados revelaram que os filhos de vítimas obtiveram rendimento acadêmico inferior ao dos filhos de não vítimas.

Em contrapartida, pesquisa realizada com crianças na faixa etária entre sete e 11 anos, cursando o Ensino Fundamental, não observou diferenças no desempenho acadêmico de crianças expostas à violência conjugal e crianças não-expostas a tal violência. Como possibilidade de explicação dessa não diferença entre essas crianças, as autoras do estudo apontam o fenômeno da resiliência e o apoio social e afetivo recebido pelas crianças e/ou adolescente ao longo do processo de revelação das situações abusivas e processo de intervenção (Brancalhone, Fogo & Williams, 2004).

Segundo Junqueira e Deslandes (2003), algumas crianças que passaram e/ou passam por maus tratos podem não apresentar o quadro de consequências psicológicas, emocionais e comportamentais descrito pela literatura, “sendo possível encontrar caminhos de (re)construção de suas próprias vidas” (p. 228), não significando, entretanto, que essas crianças tenham superado de todo as vivências traumáticas, mesmo quando há o controle de outros fatores. Para essas autoras, a

resiliência é uma “possibilidade de superação num sentido dialético, isto é, representando um novo olhar, uma re-significação do problema, mas que não o elimina, pois constitui parte da história do sujeito” (p. 234).

Considerando as consequências sinalizadas pelos autores, verificou-se que a violência doméstica, nas suas diversas modalidades, compromete a saúde física e mental das crianças e adolescentes. Fundamental, neste sentido, o trabalho com os pais, como forma de enfrentamento e prevenção dessa questão, tornando-se algo urgente e necessário. A seguir, abordaremos as possibilidades de intervenções com os pais autores de violência contra os filhos, como forma de nos aproximarmos de trabalho de atendimento nessa área.

### ***Estratégias de intervenção com grupo de pais agressores***

O trabalho de intervenção com pais é apontado pela literatura como estratégia fundamental à redução e prevenção da violência doméstica e de problemas de comportamento infanto-juvenil. De acordo com alguns autores, o desenvolvimento dessa forma de intervenção oferece a possibilidade de a família resgatar o respeito mútuo na relação pais e filhos e serve de suporte social para as pessoas que dela participam (Costa, Penso & Almeida, 2005; Rios & Williams, 2008; Rufatto, 2006).

Na revisão de literatura realizada por Rios e Williams (2008) sobre o trabalho preventivo com famílias que vivenciavam problemas com o comportamento dos filhos, as autoras apresentaram três programas internacionais reconhecidos pela efetividade da intervenção e pela ampliação do corpo teórico e prático que os mesmos oferecem à temática do trabalho de intervenção com pais agressores. São eles: *Oregon Social Learning Center*, *Incredible Years* e *Positive Parenting*.

O programa *Oregon Social Learning*, segundo Rios e Williams (2008), de base sociointeracionista, envolve em seus temas principais: a identificação pelos pais dos problemas de comportamento dos filhos, uso de técnicas de reforço, disciplina, monitoramento, supervisão e aplicação de estratégias de solução de conflitos.

De acordo com essas autoras, o programa *Incredible Years* baseia a intervenção no ensino de habilidades positivas aos pais, crianças e professores para superar e evitar o uso da violência no processo de educação da criança e do adolescente. A intervenção é padronizada e busca o desenvolvimento e aplicação do programa junto a crianças com problemas de comportamento. O foco reside também na busca por estratégias de intervenção que sejam universais e baseadas na comunidade, para posterior utilização pelas famílias e professores.

O programa *Positive Parenting* funciona como estratégia preventiva de apoio aos pais, de forma a aumentar-lhes o conhecimento, as habilidades e a confiança em si mesmos. O programa é composto por cinco níveis de intervenção, que buscam fortalecer e instrumentalizar a responsabilidade dos pais perante a educação dos filhos. No nível 01, disponibilizam-se aos pais, por meio de material impresso e/ou em vídeo, informações gerais sobre a relação pais e filhos. No nível 02, discutem-se questões relacionadas ao desenvolvimento infantil (uma ou duas sessões). No nível 03, inicia-se o treinamento de habilidades parentais (quatro sessões). No nível 04, realizam-se intervenções individuais ou em grupo com pais cujas crianças apresentam comportamentos mais

severos (quatro a oito sessões). No nível 05, uma intervenção é destinada às famílias que demonstraram a não superação dos conflitos entre pais e filhos (Rios & Williams, 2008).

Para além de uma compreensão quantificável da realidade empírica, Rios e Williams (2008) concluíram que a maioria dos programas com foco nas famílias está baseada em modelos cognitivo-comportamentais e verificaram a necessidade de outros estudos que relacionem o envolvimento de famílias de baixa renda em programas de intervenção.

Com a finalidade de avaliar um programa de viés teórico cognitivo-comportamental, destinado ao treinamento psicoeducacional de pais, Lambertucci e Carvalho (2008) realizaram, em uma comunidade carente de Belo Horizonte, um grupo com 14 pais de crianças com problemas de desobediência e agressividade. O grupo teve duração de oito encontros, realizados semanalmente, com duração de uma hora e trinta minutos e baseou-se nos seguintes passos: Passo 01 – Por que as crianças se comportam mal?; Passo 02 – Prestando atenção ao bom comportamento dos filhos; Passo 03 – Aumentando a brincadeira independente; Passo 04 – Dando ordens eficientes; Passo 05 – Ensinando seu filho a ler o ambiente; Passo 06 – melhorando o contato com a creche/escola.

Os resultados obtidos a partir de dois instrumentos de avaliação de condutas indesejadas em crianças, o Questionário de Situação Doméstica e o Inventário de Comportamentos Inoportunos, aplicados antes e após o término desse trabalho com o grupo de pais, indicaram: redução de condutas desobedientes, agressivas e impulsivas dos filhos e mudanças comportamentais dos pais, que passaram a emitir condutas mais assertivas e pró-sociais na relação com seus filhos.

Em outra pesquisa, Pelisoli e Piccoloto (2010) destacaram que o treinamento de pais, via grupos, possibilita aos participantes, para além da manipulação de contingências que estimulam comportamentos adaptativos e que diminuem os desadaptativos, a conscientização sobre os cuidados necessários com seus filhos e a família. Isso demonstra um trabalho de prevenção e intervenção mais comprometido com a realidade concreta das famílias que participam desses treinamentos.

A proposta de Costa et al. (2005), para um trabalho psicossocial com famílias nas quais ocorreu abuso sexual de crianças e adolescentes, destacou que os atendimentos em Grupo Multifamiliar possibilitaram que assuntos referentes à proteção e ao cuidado com os filhos fossem debatidos pelos pais coletivamente. Os resultados da participação dos pais nesses grupos colaboraram para o aumento da autoestima da família, reflexão sobre a transgeracionalidade da violência sexual e possibilitaram que os participantes dialogassem sobre suas responsabilidades com a educação e a vida dos filhos, além de criar um espaço para a expressão do sofrimento cotidiano que cada um vivenciava.

Ao trabalhar com grupo de pais de crianças com graves comprometimentos emocionais, distúrbios de comportamento, tentativas de suicídio, assédio sexual e abuso sexual, Rufatto (2006) verificou que o espaço grupal é terapêutico para os pais que podem expor seus sofrimentos frente às inúmeras dificuldades no cuidado com seus filhos. Essa constatação sinaliza a efetividade do atendimento em grupo.

Neste mesmo sentido, os grupos realizados por Pardo e Carvalho (2012) revelaram que a intervenção na modalidade grupo contribui para o bem-estar psicológico dos participantes e se



constitui em “trabalho de grande relevância social” (p. 86). Essas autoras observaram, por exemplo, que as mães que integraram o grupo oferecido por elas (autoras), passaram a demonstrar maior segurança e efetividade na realização de procedimentos educativos perante os filhos.

Outro estudo que envolveu o atendimento em grupo formado por famílias em situação de abuso sexual contra crianças e adolescentes revelou que o maior número de participantes geralmente é formado pelas mães, que se apresentam, sobretudo, como as principais cuidadoras de seus filhos. Este estudo revelou também que o sofrimento e as emoções contidas por estas mulheres durante os trâmites legais do processo judiciário são, por vezes, externalizadas nos encontros do grupo, quando ocorre a vinculação com pessoas que passaram por situações semelhantes. Outro ponto considerado neste estudo foi a condição socioeconômica das participantes do grupo, na sua maioria mães de família de baixa renda (Costa, Penso, Rufini, Mendes & Borba, 2007). De acordo com os autores, o desafio a ser trabalhado com estas famílias é torná-las ativas nas reivindicações de seus direitos, já que muitas não se sentem capazes de reivindicá-los.

De maneira geral, os resultados dos trabalhos na modalidade grupo de pais revelaram melhor compreensão dos participantes sobre seus deveres e cuidados com os filhos e com as crianças da comunidade, além de oportunizarem possibilidades de intervenção nas dificuldades conjugais, reconstrução das relações pais e filhos e a compreensão da transgeracionalidade da violência doméstica (Costa et al., 2005; Xavier, 2007).

Porém, observamos, a partir dos estudos revisados, que as produções sobre o trabalho com grupo de pais agressores ainda são incipientes no Brasil e que são inegáveis seus efeitos como espaço psicoeducacional e também terapêutico (Rios & Williams, 2008).

Entretanto, chamamos a atenção para o fato de que, na maioria desses estudos, incorpora-se uma ideia de intervenção fragmentada da realidade e da concretude social e histórica das famílias e da violência. Mesmo quando intentam correlacionar fatores macro e microsociais à compreensão do uso da violência doméstica contra crianças e adolescentes pelos pais, permanecem no predomínio de uma causalidade linear, de natureza individual. Eis um desafio que necessita ser superado.

### **Considerações finais**

O presente estudo buscou apresentar as consequências da violência doméstica contra crianças e adolescentes e as estratégias de intervenção realizadas com os pais agressores. Os estudos revisados indicaram que os prejuízos acarretados pelo uso da violência doméstica ao desenvolvimento físico, emocional e cognitivo das vítimas são inúmeros. Porém, há de se ter o cuidado de não generalizá-los nem naturalizá-los, uma vez que as consequências apresentadas pelos estudos podem variar de acordo com a severidade e a forma de exposição da criança e do adolescente às situações de violência.

Outro destaque vai para o fato de que a variação dessas consequências para as vítimas também está relacionada ao apoio social e afetivo por elas obtidos e para elas oferecidos após a ocorrência do ato violento. Tal situação não ameniza a gravidade e a complexidade do fenômeno da violência

contra crianças e adolescentes, mas revela que a rede de apoio social e afetiva pode atenuar as consequências da violência para as vítimas.

Observamos, ainda, que o trabalho com pais é fundamental, pois reduz os comportamentos agressivos desses contra os filhos, sensibiliza-os sobre o papel de pais e possibilita também a formação e identificação de uma rede de apoio social e afetiva entre os participantes dos grupos. Neste sentido, os trabalhos de intervenção, a partir da modalidade grupo de pais, servem como espaços de apoio emocional e de transmissão de novas formas de relacionamento entre pais e filhos, o que colabora, inclusive, para a superação de uma postura interventiva apoiada apenas na culpabilização, favorecendo o enfrentamento da crença no uso da violência como estratégia educativa e sua desnaturalização, com o objetivo de desenvolver um ambiente familiar protetivo e acolhedor.

De modo geral, o intercâmbio de ideias e de reflexões conjuntas entre os pais se mostrou essencial. Acreditamos que essas intervenções colaboram para a formação de relações familiares mais dialógicas, humanas, respeitadas e amorosas. Sem o peso da rotulação, defendemos, a partir dos resultados obtidos, que a compreensão do significado e do sentido da violência doméstica para além do ato praticado pelos pais contra os filhos é também emancipadora.

Desta forma, pesquisas futuras, a partir de dados empíricos, podem contribuir para a maior compreensão sobre os efeitos psicossociais e educacionais que estão envolvidos no trabalho com os pais agressores e, com isso, situar a violência vivenciada no núcleo familiar como um dos resultados das condições concretas de vulnerabilidade e risco social a que estão expostas as famílias autoras de violência contra filhos. Torna-se necessário destacar que novos estudos envolvendo a avaliação de experiências com grupos de pais agressores nos diferentes espaços de atendimento dessas famílias seriam benéficos do ponto de vista técnico e de produção do conhecimento.

## Referências

- Antoni, C. de & Koller, S. H. (2010). Uma família fisicamente violenta: Uma visão pela teoria bioecológica do desenvolvimento humano. *Temas em Psicologia*, 18(1), 17-30. Retirado em 16/07/2014, do PePSI (Periódico Eletrônico de Psicologia): <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php>
- Arendt, H. (1994). *Sobre violência*. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Damara.
- Assis, S. G. D., Avanci, J. Q., Pesce, R. P. & Ximenes, L. F. (2009). Situação de crianças e adolescentes brasileiros em relação à saúde mental e à violência. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(2), 349-361. Retirado em 16/07/2014, do SciELO (Scientific Eletronic Library Online): <http://www.scielo.br/scielo.php>
- Azevedo, E. C. de (2001). Atendimento psicanalítico a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 21(4), 66-77. Retirado em 16/07/2014, do SciELO (Scientific Eletronic Library Online): <http://www.scielo.br/scielo.php>
- Azevedo, M. A. & Guerra, V. N. de (2011). As políticas sociais e a violência doméstica contra crianças e adolescentes: Um desafio recuperado em São Paulo? In M. A. Azevedo & V. N. de Guerra

- (orgs). *Infância e violência doméstica: Fronteiras do conhecimento*. (6ª ed. pp. 241-352). São Paulo: Cortez.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Borges, J. L. & Dell'Aglio, D. D. (2008). Relações entre abuso sexual na infância, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) e prejuízos cognitivos. *Psicologia em Estudo*, 13(2), 371-379. Retirado em 18/07/2014, do SciELO (Scientific Eletronic Library Online): <http://www.scielo.br/scielo.php>
- Brancahne, P. G., Fogo, J. C. & Williams, L. C. de A. (2004). Crianças expostas à violência conjugal: Avaliação do desempenho acadêmico. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20(2), 113-117. Retirado em 17/07/2014, do SciELO (Scientific Eletronic Library Online): <http://www.scielo.br/scielo.php>
- Cantelmo, C. A.; Matta, K. W. da; Fortunato, L. & Paiva, K. L. (2010). Vitimização secundária: O irmão testemunha o abuso sexual da irmã. *Boletim de Psicologia*, 60(132), 15-28. Retirado em 17/07/14 do PePSI (Periódico Eletrônico de Psicologia): <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php>
- Costa, L. F.; Penso, M. A. & Almeida, T. M. C. de. (2005). O grupo multifamiliar como um método de intervenção em situações de abuso sexual infantil. *Psicologia USP*, 16(4), 121-146. Retirado em 17/07/2014, do SciELO (Scientific Eletronic Library Online): <http://www.scielo.br/scielo.php>
- Costa, L. F., Penso, M. A., Rufini, B. R., Mendes, J. A. de, Borba, N. F. (2007). Família e abuso sexual: Silêncio e sofrimento entre a denúncia e a intervenção terapêutica. *Arquivo Brasileiro de Psicologia*, 59(2), 245-255. Retirado em 10/12/2014, do PEPSI (Periódico Eletrônico de Psicologia): <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php>
- Garbin, A. S., Queiroz, C. D. de G. & Rovida, A. S. R. (2012). A violência familiar sofrida na infância: Uma investigação com adolescentes. *Psicologia em Revista*, 18(1), 107-118. Retirado em 17/07/2014, do PEPSI (Periódico Eletrônico de Psicologia): <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php>
- Habigzang, L. F., Corte, F. D., Hatzenberger, R., Stroehel, F. & Koller, S. H. (2008). Avaliação Psicológica em casos de abuso sexual na infância e adolescência. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(2), 338-344. Retirado em 17/07/2014, do SciELO (Scientific Eletronic Library Online): <http://www.scielo.br/scielo.php>
- Hohendorff, J. V., Habigzang, L. F. & Koller, S. H. (2012). Violência sexual contra meninos: Dados epidemiológicos, características e consequências. *Psicologia USP*, 23(2), 395-416. Retirado em 17/07/2014, do SciELO (Scientific Eletronic Library Online): <http://www.scielo.br/scielo.php>
- Junqueira, M. de F. da S., & Deslandes, S. F. (2003). Resiliência e maus-tratos à criança. *Cadernos de Saúde Pública*, 19(1), 227-235. Retirado em 17/06/2014, do SciELO (Scientific Eletronic Library Online): <http://www.scielo.br/scielo.php>
- Lambertucci, M. R. & Carvalho, H. W. de (2008). Avaliação da efetividade terapêutica de um programa de treinamento de pais em uma comunidade carente de Belo Horizonte. *Contextos Clínicos*, 1, 106-112.
- Maia, A. C. & Barreto, M. (2012). Violência contra crianças e adolescentes no Amazonas: Análise dos registros. *Psicologia em Estudo*, 17(2), 195-204. Retirado em 17/07/2014, do SciELO (Scientific Eletronic Library Online): <http://www.scielo.br/scielo.php>

- Malgarim, B. G. & Benetti, S. da C. (2010). O abuso sexual no contexto psicanalítico: Das fantasias edípicas do incesto. *Aletheia*, 33, 123-137. Retirado em 17/07/2014, do PePSI (Periódicos Eletrônicos de Psicologia): <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php>
- Malgarim, B. G. & Benetti, S. da C. (2011). O abuso sexual: Estudos de casos em cenas incestuosas. *Estudos de Psicologia (Campinas)* (4), 511-519. Retirado em 17/07/2014, do SciELO (Scientific Electronic Library Online): <http://www.scielo.br/scieo.php>
- Martín-Baró, I. (2003). *Poder, ideologia y violencia*. Madrid: Trotta.
- Martín-Baró, I. (1990). La familia, puerto y cárcel para la mujer salvadoreña. *Revista de Psicología El Salvador*, 9(37), 265-277.
- Morales, Á. E. & Schramm, F. R. (2002). A moralidade do abuso sexual intrafamiliar em menores. *Ciência & Saúde Coletiva*, 7(2), 265-273. Retirado em 17/07/2014, do SciELO (Scientific Electronic Library Online): <http://www.scielo.br/scieo.php>
- Pardo, M. B. L. & Carvalho, M. M. S. B. de (2012). Grupos de orientação de pais: Estratégias para intervenção. *Contextos Clínicos*, 5(2), 80-87. Retirado em 27/07/2014, do PePSI (Periódicos Eletrônicos de Psicologia): <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php>
- Pelisoli, C. & Piccoloto, L. B. (2010). Prevenção do abuso sexual infantil: Estratégias cognitivo-comportamentais na escola, na família e na comunidade. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, 6(1), 108-137. Retirado em 18/07/2014, do PePSI (Periódicos Eletrônicos de Psicologia): <http://pepsi.bvsalud.org/scielo.php>
- Pelisoli, C., Pires, J. P. M., Almeida, M. E. de & Dell'Aglio, D. D. (2010). Violência sexual contra crianças e adolescentes: Dados de um serviço de referência. *Temas em Psicologia*, 1(1), 85-97. Retirado em 18/08/2014, de PEPSI (Periódicos Eletrônicos de Psicologia): <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php>
- Pereira, P. C., Santos, A. B. & Williams, L. C. I. de A. (2009). Desempenho escolar da criança vitimizada encaminhada ao fórum judicial. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25(1), 19-28. Retirado em 18/09/2014, do SciELO (Scientific Electronic Library Online): <http://www.scielo.br/scielo.php>
- Pesce, R. (2009). Violência familiar e comportamento agressivo e transgressor na infância: Uma revisão da literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(2), 507-518. Retirado em 18/07/2014, do SciELO (Scientific Electronic Library Online): <http://www.scielo.br/scielo.php>
- Prado, M. do C. C. de A. & Pereira, A. C. C. (2008). Violências sexuais: Incesto, estupro e negligência familiar. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 25(2), 277-291. Retirado em 18/07/2014, do SciELO (Scientific Electronic Library Online): <http://www.scielo.br/scielo.php>
- Preto, M. & M. P. A. S. (2012). Autorregulação da aprendizagem em crianças e adolescentes filhos de vítimas de violência doméstica contra mulheres. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 2(4), 730-737. Retirado em 27/08/2014, do SciELO (Scientific Electronic Library Online). <http://www.scielo.br/scielo.php>
- Rios, K. de S. A. & Williams, L. C. de A. (2008). Intervenção com famílias como estratégia de prevenção de problemas de comportamento em crianças: Uma revisão. *Psicologia em Estudo*, 13(4), 799-806. Retirado em 18/09/2014, do SciELO (Scientific Electronic Library Online): <http://www.scielo.br/scielo.php>

- Rufatto, A. T. (2006). Reflexões sobre o trabalho de orientação em grupos para pais em uma instituição que atende crianças com graves problemas emocionais. *Revista da SPAGESP*, 7(2), 18-22. Retirado em 18/07/2014, do PEPSI (Periódicos Eletrônicos de Psicologia): <http://pepsic.bvsalud.org>
- Sá, D. G. F. de; Curto, B. M.; Bordin, I.; Altenfelder, S. & Paula, C. S. de (2009). Exposição à violência como risco para o surgimento ou a continuidade de comportamento antissocial em adolescentes da região metropolitana de São Paulo. *Psicologia: Teoria e Prática*, 11(1), 179–88. Retirado em 18/07/2014, do PEPSIC (Periódicos Eletrônicos de Psicologia): <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php>
- Santiago, D. E. & Mattioli, O. C (2009). Violência doméstica consentida: A construção de sentido pela criança vítima de maus tratos. In O. C. Mattioli, M. de. F. Araújo & J. L. Guimarães (orgs.) *A violência nos contextos familiar e social: Os desafios da pesquisa e da intervenção* (pp. 17-33). Curitiba: CRV.
- Siqueira, A. C., Arpini, D. M. & Savegnago, S. D. O. (2011). Família e abuso sexual na perspectiva de adolescentes em situação de vulnerabilidade social. *Aletheia*, 34, 109-122. Retirado em 18/07/2014, do PEPSIC (Periódicos Eletrônicos de Psicologia): <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php>
- Vagostello, L. (2002). O risco da negligência: Um estudo de caso. *Psicologia: Revista da Vetor*, (1), 142-152. Retirado em 18/07/2014, do PEPSIC (Periódicos Eletrônicos de Psicologia): <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php>
- Vázquez, A. S. (2007). *Filosofia da práxis*. São Paulo: Expressão Popular.
- Xavier, I. A. (2007). Psicoterapia breve familiar em casos de famílias em situação de violência. *Rev. da SPAGESP*, 8(1), 51-65. Retirado em 18/07/2014, do PEPSIC (Periódicos Eletrônicos de Psicologia): <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php>
- Ximenes, L. F., Oliveria, R. de V. C. de & Assis, S. G. de (2009). Violência e transtorno de estresse pós-traumático na infância. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(2), 417-433. Retirado em 22/09/2014, do SciELO (Scientific Electronic Library Online): <http://www.scielo.br/scielo.php>

### Endereço para correspondência

amailsonbarros@gmail.com

fquintal@terra.com.br

Enviado em 27/07/2015

1ª revisão em 13/12/2015

Aceito em 18/12/2015